

Só a pressão da categoria garantirá o envio do anteprojeto de revisão salarial ao Congresso

Embora a mobilização da categoria tenha garantido mudanças importantes na proposta de revisão salarial, o anteprojeto – que ainda não foi apreciado pelo STF – teve sua data de envio ao Congresso Nacional adiada. Como noticiado pelo Sisejufe, o presidente do Supremo havia se comprometido a encaminhar o anteprojeto até o dia 19 de outubro, o que não ocorreu devido à campanha sistemática da mídia de massa contra o reajuste para os servidores públicos. Além disso, as associações de magistrados e procuradores da República também reagiram de forma desproporcional e equivocada contra a nossa revisão salarial e procuraram o presidente do STF com o argumento de que as funções comissionadas e cargos em comissão possuem valores elevados. O Sisejufe sabe que as FCs e CJs não são a regra no Judiciário. Inclusive a proposta deste sindicato é de que os valores sejam reduzidos – e isso não configura empecilho para a aprovação da revisão salarial no Congresso.

No sábado, 17 de outubro, a categoria participou de uma Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília. No encontro, ficou decidido um novo calendário de mobilizações – com rodada nacional de assembleias em todo o país nos dias 23 e 24 de outubro e Dia Nacional de Lutas

no dia 28 de outubro. O Sisejufe vai promover novos atos/assembleias em frente ao TRT da Lavradio, TRF, TRE e Justiças Federais das avenidas Venezuela e Rio Branco na quarta-feira, 28 de outubro. Saiba mais sobre essa luta e sobre os eixos da campanha em defesa da revisão salarial na [Página Central](#). [Da Redação]

Categoria decide enfrentar o conservadorismo da magistratura

Um dos assuntos discutidos na ampliada foi a posição da Frente Associativa dos Juízes, formada pelos presidentes de várias entidades de magistrados e procuradores, entre as quais Ajufe, Anamatra, AMPDFT, ANPR, ANPT e Amagis, apresentada ao ministro Gilmar Mendes criticando o reajuste salarial dos servidores do Judiciário Federal.

A reunião ampliada deliberou por orientar que os sindicatos filiados procurem as direções regionais das entidades de classe dos magistrados, juizes e procuradores com o objetivo de tentar reverter essa posição da Frente Associativa dos Juízes. Também ficou decidido que a Fenajufe vai elaborar um documento respondendo esse posicionamento dos magistrados e membros do MPU. [Da Fenajufe]



Fotos: Henri Figueiredo

19 de outubro, no Sisejufe: primeira noite do Curso de Gestão Pública ministrado por Vera Miranda (foto abaixo)



O Sisejufe vai promover novos atos/assembleias em frente ao TRT da Lavradio, TRF, TRE e Justiças Federais das avenidas Venezuela e Rio Branco na quarta-feira, 28 de outubro.

LEIA TAMBÉM

As nossas propostas ao Planejamento Estratégico do TRT

Página 3

Sisejufe promove Curso de Gestão Pública

A partir da resolução 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata do Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, o Sisejufe organizou o Curso de Gestão Pública, nos dias 19, 20 e 21 de outubro. O curso possibilitou aos associados(as) um espaço de informação e de discussão, sob a ótica dos(as) servidores(as), dos conceitos e mecanismos que regem a Gestão Pública, modelos adotados e seus insumos, sua aplicação na Gestão Institucional e na Gestão de Pessoas, de forma geral e, mais particularmente, os que estão sendo estabelecidas no Judiciário. O curso foi ministrado pela engenheira sanitária e ambiental Vera Miranda, especialista na área de Carreira e Gestão Pública.

A compreensão do funcionamento de ferramentas estruturantes como Planejamento Estratégico, Ferramentas de Controle e Desempenho (mecanismos de feedback e ajustes), Planejamento e Orçamento, permite discutir e formular alternativas democráticas ao processo, que estimulem o investimento na qualificação dos servidores como parte do processo de gestão e que evitem as políticas de competitividade salarial, assédio moral etc. Entender o papel do CNJ na transição e padronização de modelo de gestão e o impacto de possíveis desdobramentos na gestão de pessoas é qualificar a categoria para o debate e enfrentamentos necessários com a gestão dos tribunais.

Sindicato requer à SJRJ não inclusão da CID em atestados médicos

Página 6

Sisejufe 20 anos: conheça o sócio-fundador Flamarion Pinto da Motta

Página 7

BAILE DE GALA
DIA DO SERVIDOR - 20 ANOS SISEJUFE
Orquestra Tabajara



Sindicalizado pode mais: ENTRADA FRANCA
Sexta, 6 de novembro, 20h • America Football Club • Rua Campos Salles, 118 - Tijuca
Sindicalizados têm direito a 2 convites • R\$ 20 para não-sindicalizados



Murió La Negra

Roberto Ponciano*

Ela já não está. O espaço mítico que ela ocupava agora está vazio. Que os pobres, camponeses, obreiros, proletários das fábricas, pescadores, sapateiros, feirantes, costureiras, amas de leite, babás... que todos se calem, com os olhos cheios de lágrimas, na ausência desta voz que era luz na escuridão. Se se cala a cantora, cala a vida, porque a vida, a vida mesmo é só um canto. Se se cala a cantora, morre de espanto, a esperança, a luz de alegria. Se se cala a cantora, ficam solitários os humildes vendedores de jornais. Os carregadores do porto se resignam, quem lutará por seus salários? Murió La Negra. A voz de uma nação. A voz que vinha de Tucumán e invadiu o globo terrestre, com o tambor inconfundível latino-americano, pela cintura cósmica do sul, fazendo com que cada povo se sintasse mais próximo e acalentado pelo sopro divino de uma voz austral.

Mercedes Sosa. A voz de um povo, a alma de um continente. E se fez Rio-oceano, e se fez manancial inesgotável, puro, límpido, manancial de Violeta Parra, de Atahualpa Yupanqui, de Pablo Milanez, de Chico Buarque, de Milton Nascimento, de León Gieco, de Fito Paez, de Victor Jarra, de Maria Helena Walsh; do povo chileno assassinado, do povo brasileiro assassinado, do povo argentino assassinado, dos povos originais assassinados.

A grande homenagem que fazemos e faremos à Mercedes Sosa é celebrar suas músicas, que mesmo não sendo compostas por ela, são dela, porque alcançaram a dimensão diáfana e mística que só ela conseguia ao cantar.

Mercedes Sosa. Presente! Nós perpetuaremos tua obra!

*Diretor do Sisejufe

A íntegra deste texto em nossa página de internet.

Câmara ratifica a Convenção 151 da OIT

Movimento Sindical Convenção trata da negociação coletiva e liberdade sindical no serviço público

Leonardo Severo*

O plenário da Câmara Federal aprovou na manhã de quinta-feira, 1º de outubro, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 795/08, que ratifica a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A proposta agora será enviada para análise do Senado, antes de ser ratificada pelo presidente da República.

A ratificação da 151 é uma reivindicação histórica da CUT e do movimento sindical brasileiro que, após negociação com o presidente Lula, garantiu o envio do texto ao Congresso como mensagem presidencial. Aprovada pela Comissão de Re-

A ratificação da 151 é uma reivindicação histórica da CUT e do movimento sindical brasileiro que, após negociação com o presidente Lula, garantiu o envio do texto ao Congresso como mensagem presidencial.

lações Exteriores e Defesa Nacional, a mensagem passou a tramitar como Projeto de Decreto Legislativo.

A proposição, além de aprovar o texto da Convenção, ainda ratifica o texto da Recomendação 159, da OIT, complementar ao texto da Convenção 151, de 1978, de ordem prática, onde estão definidos, entre ou-

tros: os critérios para o reconhecimento das entidades sindicais representantes dos servidores da Administração Pública; procedimentos para coibir a proliferação de organizações atuando na mesma base; determinação da fixação no ordenamento jurídico pátrio da legitimidade ativa, para fins de negociações e procedimentos para pôr em prática

as condições de trabalho estabelecidas no âmbito da Administração Pública; e especificação detalhada do conteúdo do acordo decorrente das negociações.

Nesses textos, a OIT estabelece normas para a negociação coletiva e garante a liberdade sindical no serviço público, além de reconhecer como instrumentos válidos para a solução de conflitos a mediação, a conciliação ou a arbitragem. A convenção estende aos trabalhadores do serviço público as mesmas garantias e condições de associação e de liberdade sindicais asseguradas para os trabalhadores da iniciativa privada.

Na avaliação do presidente da CUT Nacional, Artur Henrique,

o fato da decisão na Câmara ter sido tomada por consenso contribuiu para que o processo no Senado seja agilizado, materializando a conquista. "Sem dúvida nenhuma a ratificação da Convenção 151 é uma grande vitória dos trabalhadores, que fortalecerá ainda mais a nossa luta pela valorização dos servidores e dos serviços públicos.

Estamos articulando com as demais centrais o envio de uma carta ao presidente do Senado para que esta bandeira histórica seja implementada o mais rapidamente possível", acrescentou o líder cutista.

*CUT Nacional com informações do DIAP.

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejufe.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,6 mil exemplares. Gráfica e Editora Minister

Sindicato apresenta ao TRT propostas para o Planejamento Estratégico de 2009-2013

Gestão Diretora e representante de base participam de reunião do CGE no dia 26 de outubro

Max Leone*

A direção do Sisejufe fará pressão para que as propostas apresentadas pelo sindicato sejam incluídas no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 2009-2013. Convidado a participar do Conselho de Gestão Estratégica (CGE) do TRT, o sindicato, por intermédio do Grupo de Trabalho (GT) formado por diretores e representantes sindicais de base, elaborou uma série de propostas que foram enviadas, por meio de ofício, ao presidente do CGE do TRT e também presidente do tribunal, desembargador Aloysio Santos. De acordo com a assessora de Desenvolvimento Institucional do tribunal, Marina Leite Ribeiro, a próxima reunião do CGE para tratar do planejamento aconte-

cerá no dia 26 de outubro, às 10h. A diretora do Sisejufe Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e o representante sindical de base David Cordeiro Baptista vão participar do encontro.

Entre as sugestões encaminhadas pelo sindicato estão: a que trata da ampliação do quadro de cargos de servidores e do aperfeiçoamento permanente do funcionalismo com a adoção de uma política de gestão participativa, redução da jornada de trabalho para 6 horas sem diminuir o salário, que o servidor tenha acesso à informação por meio eletrônico de seus assentamentos como pagamento de passivos e certidões, política de saúde para idosos e portadores de deficiência física. O sindicato também reivindica a valorização do servidor com cursos de capacitação funcional, entre outras medidas.



Foto: Henri Figueiredo

Conselho de Representantes: reunião em 1º de outubro, no Sisejufe definiu posicionamento sobre gestão nos tribunais

A participação do Sisejufe no Conselho de Gestão Estratégica do TRT é garantida pela Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O parágrafo 4º do Artigo 2º determina que os tribunais devem garantir a participação efetiva de magistrados e servidores indicados por entidades representativas para apresentarem pro-

postas de planejamento. O Sisejufe recebeu o convite para participar do conselho em 8 de setembro, por meio do ofício 1.214/2009. Os tribunais têm até 31 de dezembro para finalizar o Planejamento Estratégico, segundo o CNJ.

No dia 1º de outubro, o Conselho de Representantes do Sisejufe se reuniu para debater a

questão. Ciente da importância do tema, o sindicato organizou o curso de Gestão Pública, que ocorre nos dias 19, 20 e 21 de outubro – sob o ótica dos servidores, dos conceitos e mecanismos que regem a gestão, particularmente os estabelecidos no Judiciário Federal.

*Da Redação.

Confira as propostas do Sisejufe

Jornada de Trabalho – Reduzir a jornada sem redução de remuneração para 6 horas diárias ou 30 horas semanais, o que aumentaria a qualidade de vida laboral pois novos cargos seriam criados com novos servidores, daí, menos doenças e mais motivação no trabalho.

Acesso à informação – Disponibilizar e facilitar aos servidores informações diretas de seus assentamentos funcionais por meios eletrônicos (internet) tais como certidões e pagamentos de passivos, pagamentos de adicionais, sem necessidade de requerimentos prévios e outras exigências sendo o objetivo assegurar ao servidor(a) informações funcionais com rapidez e sem burocracia;

Idoso(a)s e Pessoas Portadoras de Deficiência – Implementar políticas de Saúde, Qualidade de Vida, Acessibilidade e valorização de Magistrado (a)s Servidor (es)

(as) e Jurisdicionados que apresentem tais condições;

Aposentados(as) e Pensionistas – Desenvolver políticas específicas para os Magistrado(a)s e Servidores (as), Aposentados (a) e seus respectivo(a)s pensionistas quanto à qualidade de vida e outras;

Reestruturação do sistema de tecnologia da informação – Substituição do programa SAPWeb; agilizar a convocação de novos servidores concursados; adequar as instalações físicas e de equipamentos, adaptando para pessoas portadoras de deficiência;

Equidade entre servidores da capital e do interior – Participação ativa das associações e sindicatos (juizes, servidores e advogados) em todas as esferas de gestão, inclusive de gestão financeira;

Quadro funcional distribuído inadequadamente – Agilizar a convocação de

servidores concursados; realizar concurso de remoção para os servidores

Desmotivação dos servidores – Priorizar o pagamento dos passivos dos servidores e padronização das modalidades de benefícios e valores; melhoria das condições de trabalho físicas, humanas e de equipamentos; reestruturar o sistema de Tecnologia de Comunicação – substituir o SAPWeb; implementação de políticas permanentes de valorização do(a) servidor(a); participação dos(as) servidores(as) na dinâmica dos processos de trabalho; mecanismos que evitem possíveis situações de assédio moral; criar grupo de Saúde do Trabalhador para identificação de problemas de trabalho; adequar o perfil do(a) servidor(a) com a função realizada.

Gestão de Pessoas – Incremento de qualificação para servidores da capital e do interior; adoção de intervalos de trabalho, para quem exerce atribui-

ções muito repetitivas, para prevenir a LER; construção de políticas de preparação do servidor para a aposentadoria, garantindo qualidade na nova fase da vida do servidor; adoção de processos seletivos internos para todos os cargos e funções, realizadas por empresa especializada em concursos; garantir avaliações de desempenho sobre metas objetivas e adequadas à realidade dos setores e ao quadro funcional; garantir a acessibilidade universal para os servidores portadores de deficiência em todos os locais de trabalho; criação do GOSS – Grupo Organizacional de Servidores Solidários– constituir um grupo de servidores para atuarem como “socorro” nas varas com acúmulo de trabalho; padronização do sistema de gestão; alteração do Ato 001/2008, que trata das férias dos servidores - para a seguinte redação: “ Art. 11 § 4º – perde o direito as férias relativas ao ano anterior o servidor que não iniciar o gozo da

mesma dentro do exercício, ressalvada a hipótese de acumulação por necessidade do serviço ou licença médica”;

Acesso ao Sistema de Justiça – Ampliação do quadro de cargos de servidores, com aperfeiçoamento permanente e específico, com política de gestão participativa; garantir em todos os equipamentos e prédios o acesso às pessoas portadoras de deficiência; que nos postos avançados tenham servidores concursados e não mão-de-obra voluntária.

Eficiência Operacional – Criação de um banco de dados de execuções judiciais, composto por profissionais da área de informática e de oficiais de justiça;

Infraestrutura e tecnologia – Criação do Centro de Informática da Justiça do trabalho com servidores do quadro.

Categoria mantém mobilização em atos

Movimento Sindical

Assembleias realizadas em 7 de outubro tiveram, novamente, boa participação

Da Redação*

BRASÍLIA e RIO – Na manhã de quarta-feira, 7 de outubro, houve a reunião dos presidentes dos tribunais superiores que tratou da revisão salarial da categoria e que serviu para que o ministros alterassem alguns pontos da proposta. No Rio de Janeiro, o Sisejufe promoveu atos públicos setoriais em frente ao TRT, TRF, TRE e Justiças Federais das avenidas Venezuela e Rio Branco.

Entre as mudanças feitas na proposta de revisão salarial se destaca a retirada da GPT [Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho] e também do Artigo 6º, que criava o prêmio de produtividade no valor máximo de uma remuneração por ano. Além disto, o percentual de 35%, previsto na GPT, será acrescido à GAJ [Gratificação de Atividade Judiciária], que passará a ter, segundo a proposta, um percentual de 135%. Também de acordo com as informações obtidas pelos coordenadores da Fenajufe, os presidentes dos tribunais superiores decidiram aumentar em 15% o valor das FCs e CJs.

A Fenajufe informa que está

em contato direto com os tribunais para obter informações mais detalhadas sobre o resultado da reunião de hoje e assim que obtiver a minuta do projeto final, encaminhará aos sindicatos de base e também publicará em sua página na internet. Ainda esta semana a Fenajufe convocará uma reunião ampliada para discutir a proposta final que será encaminhada ao Legislativo e definir um calendário de acompanhamento da tramitação.

A suspensão da ideia de se implementar o prêmio de produtividade e o fim da GPT para os servidores do Judiciário Federal foram dois pontos avaliados como positivos nas assembleias que aconteceram na Justiça Federal, da avenida Venezuela, e na porta do Tribunal Regional Federal (TRF), na rua do Acre. Pelo menos 50 servidores participaram das duas assembleias.

Nos atos, os diretores do Sisejufe convocaram a categoria a manter a mobilização para mais uma batalha que será travada – agora no Congresso Nacional. “A nossa mobilização está surtindo efeito. As manifestações do dia 23 de setembro levaram o presidente do Supremo a se reunir

para apresentar uma proposta que fosse enviada ao Congresso. Agora temos que ficar atentos para a tramitação do projeto. Vamos trabalhar muito mais ainda”, afirmou o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, durante a assembleia da Venezuela.

Para o diretor João Cunha, as alterações acabam com a possibilidade de os servidores terem uma gratificação por desempenho, medida que sempre foi combatida pelo movimento sindical. O também diretor Dulavim de Oliveira Lima Junior destacou que pela proposta até quem ganha FC e CJ será beneficiado. No TRF, a diretora do sindicato Mariana Liria ressaltou que se a gratificação por desempenho fosse instituída haveria uma quebra de paridade com os inativos, tendo em vista que esse grupo não receberia.

Bom número de servidores na JF da Rio Branco e no TRE Sede

Em frente à Justiça Federal da avenida Rio Branco, o diretor Roberto Ponciano explicou aos presentes detalhes das alterações no anteprojeto. “No projeto que será enviado ao Congresso o teto do analista judiciário não caiu. Caiu a GPT e a GAJ aumentou para 135%. Com isso cai qualquer discussão sobre gratificação de desempenho ou gratificação de processo de trabalho. O vencimento básico terá aumento de 15%. Talvez em outro momento possamos aumentar o vencimento básico, agora não há espaço para essa discussão. A categoria teve de fazer concessões. “Agora o momento é de pressão para que o Supremo envie o anteprojeto ao Congresso”, diz Ponciano.

“A GAJ todos nós sabemos que vai para a aposentadoria também e aumentou para 135%. Onde não avançamos tanto foi no aumento de apenas 15% no vencimento básico. Mas temos de analisar e



Foto: Henri Figueiredo

No TRE: servidores (leitores do Contraponto) em ato na Pres. Wilson

entender que aprovar um índice maior no vencimento básico é muito complicado. Talvez aumentar a gratificação nesse momento político seja mais adequado. De qualquer forma, não teremos perdas e isso é muito importante”, apontou o diretor sindical Moisés Santos Leite, no ato em frente ao TRE da avenida Presidente Wilson. Para Moisés, a questão agora é a categoria se manter mobilizada mesmo diante das boas notícias. “É bom

lembrar que não temos aumento nenhum garantido. Vamos dizer que o juiz apitou o início do jogo, com o envio da minuta ao Congresso. Agora temos uma partida que se iniciou e o trabalho tem de continuar”, ponderou Moisés.

*Max Leone e Henri Figueiredo com informações de Leonor Costa, da Fenajufe.



Fotos: Max Leone

Rua do Acre: a diretora sindical Mariana Lira fala aos colegas do TRF



Justiça Federal: diretores João Cunha, Dulavim, Ricardo, Neres e Gilbert na avenida Ven

Reunião ampliada define paralisação de 48 horas nos dias 11 e 12 de novembro

Revisão Caso negociações não avancem, categoria pode deflagrar movimento grevista

Leonor Costa*

BRASÍLIA – O sábado, 17 de outubro, foi mais um dia importante para a campanha em defesa da revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal. Cerca de 75 servidores, representando a Federação e a maioria dos sindicatos de base, inclusive o Sisejufe, se reuniram em Brasília para analisar o atual cenário das negociações em torno da proposta de revisão salarial e definir os rumos do movimento, para garantir o envio imediato do projeto de lei ao Congresso Nacional.

Nas diversas intervenções feitas durante a ampliada os representantes dos sindicatos reafirmaram a necessidade de intensificar as mobilizações nas próximas semanas com o objetivo de pressionar o STF a votar logo a proposta em sessão administrativa e enviá-la, como projeto de lei, ao Legislativo no máximo até o início de novembro. Nesse sentido, a reunião ampliada de sábado decidiu fazer paralisação de 48 horas nos dias 11 e 12 de novembro, com avaliação ao final para votar o indicativo de greve por tempo indeterminado. A disposição da Fenajufe e dos sindicatos é deflagrar um movimento grevista ainda em novembro, caso as negociações não avancem no âmbito do STF.

A análise feita nas intervenções é que as alterações promovidas na proposta contemplam em parte as reivindicações da categoria, mas ainda é preciso muita mobilização em todo o país para garantir a vitória final em mais uma importante luta dos trabalhadores do Judiciário Federal e MPU. “A reunião ampliada avançou bastante no debate sobre o futuro de nossa luta em defesa da revisão salarial. O debate foi bastante qualificado e deu pra perceber um clima de unidade entre a Fenajufe e todos os sindicatos presentes. Acredito que agora teremos um processo de mobilização mais intenso, com a participação de todos os setores da categoria. É fundamental, também, que os sindicatos preparem os servidores nos Estados para garantir uma boa paralisação nos dias 11 e 12 de novembro”, avalia Lúcia Bernardes, coordenadora de plantão em Brasília.

Com o resultado da ampliada, a diretoria da Fenajufe orienta aos sindicatos filiados a intensificarem a mobilização e realizarem rodadas de assembleias, para discutir e deliberar sobre do Estado de Greve. As assembleias também deverão eleger os delegados para reunião ampliada deliberativa do dia 14 de novembro.



Foto: Henri Figueiredo

Avenida Rio Branco: diretor Roberto Ponciano coordenou o ato público

O coordenador Roniel Andrade, de plantão em Brasília, considera que o momento exige da categoria um processo intenso de mobilização para garantir avanços na luta em defesa da revisão salarial. “No próximo dia 28 teremos mais um Dia Nacional de Lutas. As entidades precisam ter uma atuação significativa para convocar os servidores e garantir uma ampla participação nas atividades de mobilização em todo o país. A conquista dos agentes de segurança com a derrubada da GPT nos obriga a intensificar nossa participação nas atividades do conjunto da categoria, pois foi a união de todos nós que garantiu as mudanças na proposta”, ressalta.

*Imprensa da Fenajufe.

Além da paralisação de 48 horas, os presentes na ampliada também definiram um novo calendário de mobilizações nas próximas semanas, que inclui rodada nacional de assembleias em todo o país nos dias 23 e 24 de outubro e Dia Nacional de Lutas no dia 28 de outubro. No dia 8 de novembro será realizada uma reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe e no dia 14, após a paralisação de 48 horas, haverá uma nova reunião ampliada com caráter deliberativo para avaliar o movimento e discutir a greve por tempo indeterminado.

Fotos: Max Leone



Eixos da campanha e comissão de negociação

A reunião ampliada da Fenajufe também definiu os eixos da campanha em defesa da revisão salarial. Além dos pontos já cobrados pela categoria nos últimos meses, a campanha também incluirá, como eixos, a luta pela jornada de trabalho e contra a Resolução 53 do CSJT. A Fenajufe orienta, portanto, que os sindicatos coloquem esses dois pontos em seus materiais de campanha e na pauta dos debates com a categoria.

Outro encaminhamento definido na ampliada foi a criação de uma comissão de negociação, composta pelos coordenadores da Fenajufe. O objetivo é ampliar, no âmbito da diretoria da Federação, a participação nas negociações nos tribunais superiores e no Legislativo em torno da aprovação imediata da proposta de revisão salarial.

Resolução 53

Sobre a Resolução 53 do Conselho Superior da Justiça do

Trabalho (CSJT), ficou definido que a Fenajufe e os sindicatos defendam que a mesma seja utilizada como garantia mínima para os estados que são favorecidos, não como obrigatoriedade.

No tribunal em que a resolução for prejudicial, os servidores devem lutar para manter a situação atual, além de fazer campanha de e-mails e abaixo-assinados. [Leonor Costa – Imprensa da Fenajufe]

Jurídicas As principais notícias relacionadas ao Departamento Jurídico, em outubro**Adicional de insalubridade: ministro suspende efeitos de sentença que utilizou salário contratual como base de cálculo**

O ministro Carlos Ayres Brito, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu liminarmente os efeitos de parte de uma sentença proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Candeias (BA) em ação trabalhista envolvendo uma empresa de engenharia e um empregado, na qual foi determinada a utilização do salário contratual do trabalhador como base de cálculo do adicional de insalubridade, em substituição ao salário mínimo. A defesa da Alpha Engenharia Ltda. apresentou Reclamação (Rcl 9108) ao STF, na qual alegou violação à Súmula Vinculante nº 4.

A súmula dispõe que, salvo nos

casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial. Ao deferir a liminar, o ministro Ayres Brito referiu-se ao “vácuo legislativo” existente em relação ao tema, situação também verificada pelo STF ao editar a súmula vinculante e que levou os ministros da Corte a firmarem entendimento de que, embora a utilização do salário mínimo como base de cálculo de vantagem de empregado seja inconstitucional, a prática deve persistir até

que haja alteração legislativa.

“No caso, tenho como presentes os requisitos necessários à concessão da medida liminar. É que a autoridade reclamada parece, de fato, haver substituído o parâmetro legal para o cálculo do adicional de insalubridade. Sucede que, em face do vácuo legislativo, o reclamado parece haver adotado justamente a providência vedada pela parte final da Súmula Vinculante nº 4. Em outras palavras, o juízo reclamado substituiu, por decisão judicial, a base de cálculo legalmente definida para o adicional de insalubridade”, afirmou o ministro do STF em sua decisão. [VP/IC]

Sisejufe requer à SJRJ não inclusão da CID em atestados

Em função da determinação da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) que os médicos do Serviço de Saúde indiquem, nos atestados médicos, o Código Internacional de Doenças (CID) referente à doença à qual encontra-se acometido o servidor avaliado, o Sisejufe encaminhou requerimento ao diretor do foro, juiz federal Alexandre Libonatti, para que retire a obrigatoriedade deste registro. O requerimento foi feito no ofício DJ-050/2009, de 8 de outubro, e tem o objetivo de preservar a privacidade do servidor avaliado, em conformidade com a Resolução nº 1.819/2007, do Conselho Federal de Medicina. Sisejufe acompanha desdobramentos da aposentadoria especial na Pro-

posta de Súmula Vinculante 45, apresenta memorial e pede sustentação oral. Para destacar os aspectos essenciais para a aposentadoria especial de seus filiados, inseridos em atividade de risco (oficiais de justiça e agentes/inspetores de segurança), atividade sujeita a condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física (ambiente insalubre ou perigoso) ou pessoas com deficiência (PCD), o Sisejufe-RJ apresentou intervenção em tempo hábil na Proposta de Súmula Vinculante 45, resumindo os principais pontos e pedindo a realização de sustentação oral. A PSV 45 foi inserida na pauta 35/2009, porém aguarda a agenda do plenário para definição do dia da sessão.

CSJT uniformiza valor do auxílio pré-escolar

Os servidores e os magistrados de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho em todo país vão receber por mês, no mínimo, R\$ 280 a título de auxílio pré-escolar referentes a seus dependentes. O valor do benefício foi confirmado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que publicou no dia 2 de outubro o Ato 155/2009, que trata da uniformização do valor a ser pago aos servidores e juízes.

A determinação do conselho assegura, no entanto, que nos tribunais onde, eventualmente, o auxílio pré-escolar tem valor superior ao que foi fixado pelo Ato 155, que fica mantida a quantia recebida por servidores e juízes. Está vedado qualquer novo reajuste até que seja alcançada a uniformidade nacional, esclarece o CSJT.

O ato é assinado pelo presidente do conselho, ministro Milton de Moura França. A medida

é baseada no Ato 150/2009, do CSJT, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 21 de setembro de 2009, que uniformizou o Programa de Assistência Pré-Escolar no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O presidente ressalta a necessidade de tornar único o valor a ser pago pelo benefício, por esse motivo foi estabelecido o valor de R\$ 280.



Valor mínimo do auxílio pré-escolar é de R\$ 280 na Justiça do Trabalho

Verba aprovada não cumprirá todo o valor do auxílio-alimentação no TRT**Auxílio-alimentação – Verba Suplementar aprovada não é suficiente para regularizar pagamento**

Como havíamos adiantado em reportagem com o presidente do TRT, Aloysio Santos, em Ideias em Revista, a dotação orçamentária suplementar votada não será suficiente para cobrir o valor necessário ao pagamento de todo o atrasado do auxílio-alimentação. A verba aprovada cobrirá em parte o atrasado e poderá até normalizar, segundo o próprio presidente o pagamento a partir de novembro, mas

não é suficiente para cobrir o que deixou de ser pago.

A informação anteriormente divulgada dava conta que o valor era suficiente e nos foi repassada depois de consulta informal ao CSJT. Ontem o nosso assessor parlamentar, Alexandre Marques, esteve novamente no CSJT para confirmar se o valor era ou não suficiente para cobrir todo o passivo. A Assessoria de Planejamento Orçamento e Finanças – ASPO, informou em 14 de outubro que a Lei nº 12.050, de 9 de outubro de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da

Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 26.724.533,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, não dará para suprir todos os passivos e as futuras parcelas de do Auxílio-alimentação.

Segundo a Assessoria de Orçamento será enviado ainda esta semana no Projeto de Lei ao Congresso Nacional para que seja regularizado o pagamento do referido benefício. O Sisejufe vai acompanhar a tramitação desta lei, como fez com a anterior, fazendo lobby para que ela seja aprovada e regularize este passivo.

CSJT não conhece do pedido do Sisejufe para respeito à ordem cronológica de pagamento dos passivos

Em 29 de setembro de 2009, foi editado o Ofício nº 226/2009, onde o presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) encaminhou, para ciência do Sisejufe, a decisão proferida nos autos do processo nº CSJT-201262/2008-000-00-00.6, onde este sindicato pugnou pelo respeito à ordem cronológica dos passivos do TRT da 1ª Região, dado o receio justificado de preterimento dos créditos dos servidores em razão dos créditos dos magistrados.

No entanto, apesar de fundamentar seu pedido nos princípios da isonomia e moralidade, o Sisejufe sequer teve seu pedido conhecido pelo CSJT. Argumentou o CSJT que, com base nos incisos IV e VIII do art. 5º de seu Regimento Interno, não pode conhecer da matéria, por não haver nenhum ato concreto passível de exame, tendo em vista que o pedido do sindicato é para evitar futuro ato que eventualmente possa ser praticado pelo TRT da 1ª Região.

Oficial avaliador da JM conta como Sisejufe nasceu

Personagem Flamarion Pinto da Motta é um dos sócios-fundadores do sindicato

Max Leone*

A necessidade de implementar a isonomia salarial entre os servidores da Justiça Federal e a falta de uma entidade que tivesse força para encaminhar essa, entre outras lutas, formaram o caldo de cultura para a fundação do Sisejufe, há 20 anos. E uma das testemunhas desse movimento é o oficial de justiça avaliador do Superior Tribunal Militar (STM) Flamarion Pinto da Motta, de 51 anos. Em comemoração às duas décadas do Sisejufe, o sócio-fundador do sindicato relata ao Contraponto, sob sua visão, como foram os primeiros passos até a instalação da entidade na sua data oficial de nascimento: 31 de agosto de 1989. “Naquela época não havia isonomia entre as Justičas. E os servidores da Justiça Federal eram os mais bem sucedidos e a Militar, e mais prejudicada. Principalmente na parte das gratificações. Cada setor tinha um plano de cargos e salários, cada um com sua peculiaridade”, diz.

Flamarion Motta lembra que, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, os servidores públicos eram proibidos de participar e de se sindicalizar. “Vigorava ainda a Constituição de 1967, com emendas de 1969, que não permitiam essa organização. A saída era aglutinar em associações para preservar o que havia de benefícios para a categoria”, conta. E foi o que aconteceu. Segundo o servidor, várias associações surgiram e começaram a discutir a possibilidade de criação de um sindicato, pós-1988. “As associações foram importantes elos, foram o embrião do sindicato”, assegura.

Mesmo respaldados pela



Constituição de 1988, os “cabecas” do movimento encontravam resistência por parte das administrações. A principal resistência, depois que o sindicato foi fundado, foi conseguir que repassassem os recursos da sindicalização descontados dos primeiros filiados. “Muitos pediam



Em foto antiga: Flamarion, de azul, considera que tanto esforço valeu a pena – “O sindicato evoluiu”



o desconto da sindicalização em folha, que era feito mas não repassado ao sindicato. O meu, por exemplo, só foi repassado um ano depois da minha sindicalização. Foi muito difícil levar adiante”, relembra.

Mas a dedicação e a força de vontade não impediu que um grupo de ao menos dez servidores conseguisse levar a diante a proposta de criação do Sisejufe. “Nosso sindicato já nasceu com uma sede própria, resultado de uma cotização dos participantes para comprar uma sala na rua Senador Dantas, no Centro do Rio. O desafio seria dar continuidade ao trabalho. Hoje, te-

mos um sindicato forte, consolidado e com bom trânsito nas comissões dos tribunais”, diz. Até hoje o Sisejufe mantém salas no prédio nº 117 da Senador Dantas. No local acontecem diversos cursos para os servidores do Judiciário Federal.

Flamarion cita os colegas Jorge Arthur Lemos da Silva, Joel Nobre de Almeida, José Ronaldo Salles, entre outros, como o núcleo do embrião formador do Sisejufe. “E eu sou o único ainda em atividade desde aquela época. Alguns morreram e outros se aposentaram”, diz o servidor com 25 anos na Justiça Militar e 34 anos de trabalho.

Outra dificuldade, continua Flamarion, eram as determinações, principalmente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), de proibir a circulação de qualquer material relacionado ao sindicato. E na Justiça Militar, nem pensar: a coisa era pior ainda. Ele comenta que teria sofrido veladas retaliações por estar envolvido como o sindicato. “Passei em concursos para juiz auditor e possivelmente não fui efetivado devido a minha notória participação sindical. Uma vez um companheiro nosso já falecido, o José Ronaldo Salles, que também era oficial avaliador, me disse que tinha ouvido falar dessa

restrição”, revela. Flamarion, apesar de ter sempre sido uma ativista sindical, nunca fez parte das direções do Sisejufe.

O oficial conta também que chegou a despertar desconfiança dos companheiros de luta sindical por ser servidor da Justiça Militar. “Havia uma situação complicada. Alguns temiam porque eu era da Justiça Militar. Mas minha conduta e atuação acabou esse sentimento”, recorda.

Segundo Flamarion da Motta, por muitas vezes ele se questionou se teria valido a pena tanto esforço. “Hoje, eu tenho certeza que sim. Naquela época não tínhamos amadurecimento sindical. Tínhamos uma visão mais corporativa do que hoje. O sindicato evoluiu para tratar de questões mais gerais da sociedade. O sindicato era uma forma de tentarmos mudar alguma coisa no país”, afirma.

*Da Redação.

Dia 27, documentário de Michael Moore no projeto CineCUT

A Secretaria de Formação da CUT-RJ e o Coletivo de Formação da CUT-RJ convidam para o lançamento do projeto Cinecut. “Sicko” (Doente), de Michael Moore, é o filme escolhido para o lançamento, no dia 27 de ou-

tubro de 2009, terça-feira, às 19 horas, no Sisejufe, com entrada franca. No momento em que o presidente norte-americano Barack Obama consegue aprovar sua polêmica reforma no sistema de saúde dos EUA, o documentário é

uma aula sobre como a nação mais rica do mundo deixa sem qualquer cobertura cerca de 50 milhões de cidadãos - que morrem em filas e sem tratamento.

O projeto Cinecut juntará cinema e debate, e será itinerante. A cada duas ou

três semanas, em um determinado sindicato CUTista, passaremos um filme de interesse do movimento social e faremos um debate. Após o documentário “Sicko” acontecerá um debate com duas professoras do Instituto de Estudos em

Saúde Coletiva: Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e Ligia Bahia, doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

No TRF, Passos inventou um cais

Prata da Casa Ganhador de 270 prêmios de arte, servidor é conhecido como o “artista plástico do tribunal”

Max Leone*

As paisagens do mar e de casarios tombados pelo patrimônio histórico servem de fonte de inspiração. São motivos que, na maioria das vezes, aparecem nas telas do artista plástico Jaderson Passos, de 46 anos, que divide seu tempo com as atividades da Escola de Magistratura Regional Federal (Emarf) da 2ª Região, no Tribunal Regional Federal (TRF). O assessor-executivo da Emarf traz desde a infância a sensibilidade para desenhar e pintar. Seus vários trabalhos, muitos deles premiados, são conhecidos pelos colegas de trabalho e mundo afora, ao ponto dos servidores mais próximos o chamarem de o “artista plástico do tribunal”. Passos já participou de exposições organizadas no plenário do 3º andar do TRF, na rua do Acre, “que sempre abriu as portas para mim”, e de um tour pela Europa.

“O tema do mar é o que mais me agrada. Gosto de pescar, tenho barco. Acho que é por isso que gosto tanto de pintar sobre esse tema. Os casarios também me chamam a atenção, principalmente os tombados pelo patrimônio”, explica Passos, que já marcou presença em diversas gincanas promovidas por prefeituras para pintura de paisagens e de casas.

Jaderson Passos é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta aos servidores do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, o Prata da Casa tem por objetivos descobrir, mostrar, dar espaço e divulgar o trabalho de servidores e servidoras que possuem talentos artísticos fora das repartições do serviço público.

As obras do “artista plástico do tribunal” já rodaram o mundo. Algumas telas estão expostas no Exterior, como uma que está no Vaticano. Isso foi possível depois dele ganhar o 5º Salão de Artes Plásticas Feirense, da Casa da Vila da Feira e Terra de Santa Maria do Rio de Janeiro. Uma pintura dele foi agraciada como a melhor obra do salão, numa competição que contou com a participação de 400 outros pintores. A primeira colocação lhe valeu uma exposição no Salão de Maio do Vaticano, em 2001. O sucesso foi tamanho que Passos acabou ficando por um mês na Europa, divulgando e mostrando seu trabalho em países como Alemanha e Suíça. “Era para ter ficado uma semana, mas acabei estendendo por um mês a minha estada na Europa”, lembra o artista, dono de pelo menos 270 prêmios, segundo a sua contabilidade.

Atualmente atende a encomendas de dois *marchands*, um da Inglaterra e outro da Alemanha. Os profissionais levam as obras para exposições e serem vendidas no Velho Continente. Segundo Passos, sua técnica impressionou muito os *marchands*. A especialidade de Jaderson Passos são as aquarelas, mas ele domina com a mesma facilidade a pintura acrílica, a óleo, pastel, fusain e bico de pena, que serve para ilustrar livros.

O processo de criação do artista começa pela pesquisa do tema que pretende colocar numa tela. Faz inicialmente um croqui da peça e, em seguida, melhora o desenho usando a técnica do bico de pena. Prefere se dedicar às telas nos fins de semanas, quando tem mais tempo para atividade. “Quando o tema surge na minha cabeça começo a fazer os primeiros traços, os primeiros rabiscos com carvão. Em alguns casos tiro até foto do que eu quero pintar. É preciso compatibilizar o que eu pensei com o que realmente eu vou colocar na tela. Se eu não consigo isso, gera um desconforto”, explica o servidor. Ele já criou, inspirado no tribunal, uma tela com a Deusa da Justiça, a partir de sua visão.

Servidor do Tribunal Regional Federal desde 1993, Passos reconhece que viveu momentos de angústia por querer abandonar o serviço público para viver de sua arte.

Mas a família o fez repensar. Hoje, consegue conciliar sem problemas atividades de artista e servidor que há quase 30 anos passa para as telas uma visão bem particular do mundo.

*Da Redação



Jaderson Passos: “Minhas obras estão em várias galerias da Inglaterra e da Alemanha. Estão em mais 20 países, entre eles, Polônia, EUA, França, Paraguai, Canadá, Itália, Espanha, Argentina, Uruguai, Honduras, Portugal e Suíça. Foram cerca de 250 telas vendidas”.

Descoberta de talento – Se você tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Projeto Prata da Casa não será você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br